

**CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO: UMA CRÍTICA AO ENSINO DAS CIÊNCIAS
ECONÔMICAS NO BRASIL**

**CAPITALISMO Y ESCLAVITUD: UNA CRÍTICA A LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS
ECONÓMICAS EN BRASIL**

**CAPITALISM AND SLAVERY: A CRITICISM OF THE TEACHING OF ECONOMIC
SCIENCES IN BRAZIL**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.61968>

Jaime Ernesto Winter Hughes León¹

Resumo: Através da crítica da economia política e da abordagem das controvérsias do pensamento econômico, o objetivo geral é subsidiar, nos cursos de ciências econômicas do Brasil, a discussão sobre a funcionalidade da escravidão moderna para o capitalismo. O objetivo específico é analisar a importância do comércio triangular, da colonização e de alguns debates sobre descolonização realizados na historiografia. Ao apontar que existe um silenciamento sobre o papel do racismo na conformação da escravidão moderna e do capitalismo, propõe-se uma disciplina, Capitalismo e Escravidão, que seja lecionada de forma integrada com História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil.

Palavras-chave: Escravidão. Capitalismo. Racismo. História econômica. Ciências econômicas.

Resumen: A través de la crítica de la economía política y el abordaje de las controversias del pensamiento económico, el objetivo general es sustentar, en los cursos de ciencias económicas en Brasil, la discusión sobre la funcionalidad de la esclavitud moderna para el capitalismo. El objetivo específico es analizar la importancia del comercio triangular, la colonización y algunos debates sobre descolonización llevados a cabo en la historiografía. Al señalar que existe un silencio sobre el papel del racismo en la configuración de la esclavitud moderna y el capitalismo, se propone una asignatura, Capitalismo y Esclavitud, que sea enseñada de manera integrada con la Historia Económica General y la Formación Económica de Brasil.

Palabras clave: Esclavitud. Capitalismo. Racismo. Historia económica. Ciencias Económicas.

Abstract: Through the critique of political economy and the approach of controversies in economic thinking, the general objective is to sustain, in economic science courses in Brazil, the discussion about the functionality of modern slavery for capitalism. The specific objective is to analyze the importance of triangular trade, colonization and some debates on decolonization carried out in historiography. Aligning that there is a silence about the role of racism in the configuration of modern slavery and capitalism, a signature is proposed, Capitalism and Slavery, which should be taught in an integrated manner with the General Economic History and Economic Formation of Brazil.

Keywords: Slavery. Capitalism. Racism. Economic history. Economic Sciences.

Introdução

A produção de conhecimento científico (episteme) no Brasil ainda não reconhece substancialmente a importância da herança africana e de sua diáspora e a contribuição dos povos originários para a formação do capitalismo contemporâneo. Muito menos para a conformação socioeconômica brasileira. Na discussão pública há uma deliberada negação ou ocultamento da importância negra e indígena na história do país.

No caso brasileiro, o silenciar de uma discussão tão sensível e cara à sociedade sobre o papel do negro e do indígena e da segregação racial dentro da produção científica e dentro do debate público é, segundo Lélia González, fruto deliberado do “racismo de denegação”. Este fenômeno é fruto daquilo que a autora, recorrendo à psicanálise, chama de “neurose cultural brasileira” (González, 2020).

Segundo a autora, por neurose pode-se entender a ocultação de uma patologia por parte de quem a sofre, uma vez que isso pode, de alguma forma, lhe trazer benefícios. No caso da sociedade brasileira, esconder ou negar a existência do racismo (daí a expressão racismo de denegação) lhe traz a vantagem de não ter que superar aquela que talvez tenha sido a instituição mais perversa que a humanidade produziu, a escravidão moderna (e suas consequências na vida brasileira atual). Portanto, o racismo seria uma patologia brasileira e sua negação é o sintoma de uma neurose, a qual, por sua vez, é intensificada pela ideologia do branqueamento que estiliza a identidade diaspórica e dos povos originários.

Uma vez omitidos, inclusive pelo Estado, os resquícios e as implicações da escravidão, pôde-se, ao longo da formação do Brasil-república, difundir o mito de que o país seria uma democracia racial, onde uma tendência à miscigenação entre as raças levaria gradualmente à eliminação dos preconceitos e opressões derivados da cor e dos traços morfológicos e possibilitaria a existência de condições mais homogêneas de sociabilidade para o conjunto da população. Este mito teve reflexos na produção ensaística sobre Brasil no pensamento social brasileiro quando do surgimento da universidade no Brasil no começo do século XX, como se pode apreender da obra *Casa Grande & Senzala* de 1933, Freyre (2003). Porém seria denunciado pelo movimento negro e por alguns intelectuais antirracistas, na segunda metade do século, por reproduzir um certo padrão de dominação social e de exploração econômica que reproduz a segregação social internamente (González, 2020; Moura, 2021c; Fernandes, 2021).

Por muito tempo escamoteou-se que o país foi um dos epicentros da escravidão transatlântica; um dos pilares da “acumulação primitiva de capital” para a Europa; que o racismo foi utilizado para legitimar tal padrão de acumulação de capital e de dominação social e que esses fatos ainda são importantes para entender a posição subalterna e oprimida da população negra e indígena na sociedade brasileira.

Quando nos deparamos com a produção científica dentro da historiografia e com as formas de ensino das cadeiras de História Econômica Geral (HEG) e, em especial, Formação Econômica do Brasil (FEB), podemos elencar uma série de perguntas que merecem aprofundamento e que mostram ausências eloquentes neste ramo da ciência: i) Qual a importância da instituição escravidão moderna para a gênese do capitalismo? ii) Há especificidades nas participações de diferentes partes da África, da América e da Europa

no comércio triangular? iii) Quais as consequências da não resolução dos conflitos raciais para os projetos de futuro destas regiões?

Pensando especificamente no Brasil e a produção da História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB): iv) Que autores vistos em FEB tratam do papel, do lugar, da importância e da agência do negro e do indígena na conformação da sociedade, economia, política e cultura brasileiras? v) Com que profundidade os debates acerca da escravidão moderna e do racismo permeiam os cursos e as obras de autores clássicos das cadeiras de história econômica brasileira? vi) Quantos dos autores destas cadeiras são negros, mestiços ou representantes dos povos originários?

Estas são algumas perguntas que costumam deixar os centros de ensino em ciências econômicas, até mesmo os autodenominados progressistas, num silêncio constrangedor e que fazem repensar a necessidade de avaliação da forma em que a formação econômica do país é pesquisada e ensinada. Tais temas acabam preteridos diante de outros reconhecidos propriamente como “econômicos” como a origem e o caminho da industrialização periférica; a trajetória das políticas macroeconômicas e a intensidade do desenvolvimento capitalista. Até nos cursos sobre Interpretações do Brasil (IB), os quais costumam trazer à tona questões sensíveis da formação da nação, pouco se vê sobre tais tópicos. Nossa percepção é que, em parte, este processo se dá para enquadrar a produção de conhecimento nas ciências econômicas do país dentro dos parâmetros europeus e estadunidenses e, em parte, é movido pelo mito de democracia racial.

Este texto tem como objetivo geral propor um debate crítico e interdisciplinar que, através da crítica da economia política e do resgate da abordagem das controvérsias da história do pensamento econômico, subsidie a consolidação da discussão nos cursos de ciências econômicas do Brasil da funcionalidade da instituição escravidão moderna para a conformação do capitalismo. O objetivo específico é analisar a importância do comércio triangular, da colonização e de alguns debates sobre descolonização realizados na historiografia econômica.²

A hipótese subjacente à formulação deste artigo é a de que sem um debate profundo desta relação entre capitalismo e escravidão na sua generalidade, particularidade e singularidade, o ensino de história econômica acaba não endereçando problemas fundantes e específicos de nossa economia e sociedade e acaba reproduzindo a neurose cultural brasileira.

Além da introdução e da conclusão, este texto está dividido em mais três seções. Na segunda seção, são apresentadas questões de construção metodológica importantes para se pensar, as ideias de raça e racismo enquanto conceitos polissêmicos e suas conexões com a escravidão moderna e o surgimento do capitalismo. Na terceira seção apresenta-se, a partir de autores selecionados, as controvérsias em torno dos processos de acumulação permanente de capital, colonização, escravidão e alguns debates selecionados sobre descolonização. Na quarta seção se discute a relação entre capitalismo e escravidão no Brasil a partir de uma revisão da historiografia marxista sobre o tema e com a reivindicação de autores negros e indígenas que foram silenciados. Por fim, há as referências bibliográficas.

Um método para analisar capitalismo e escravidão

Uma crítica da relação entre capitalismo e escravidão dentro da área de História Econômica pode usufruir muito de debates interdisciplinares. O aporte da teoria decolonial, por exemplo, como visto em Quijano (2005) é interessante por apresentar o capitalismo como eurocentrado, com origem na era moderna e tendo o racismo como pedra angular de legitimação da dominação social e exploração econômica. Nos termos do autor, os europeus trataram de erigir a colonialidade do poder e do saber para se afirmarem enquanto hegemônicos.³

Outro passo importante para a discussão da relação de funcionalidade e suas especificidades em diferentes momentos e regiões é entender a própria construção das ideias de escravidão, raça e racismo enquanto conceitos polissêmicos, distintos e historicamente construídos que tiveram e têm funcionalidade para a emergência e a reprodução do capitalismo. Pode-se a indagar como o conceito de raça extrapolou a classificação biológica de seres vivos e se tornou base angular para o racismo e para a escravidão modernos, uma vez que na Antiguidade greco-romana, por exemplo, a raça não era o pressuposto para a escravização. Como foi que a ideia de raça passou a comportar o teor ideológico de opressão e passou a ser operacionalizada pelo racismo?

O que importa para responder tal indagação é o uso da noção de raça ao longo do tempo. Sua apropriação histórica e ideológica por certos grupos que, a partir de certo momento histórico, passaram a pressupor que as diferenças existentes entre os membros da espécie humana poderiam ser usadas para hierarquização destes seres e para a legitimação da dominação social, cultural, militar e psicológica de alguns grupos sobre outros com o fim último de encetar a exploração econômica dos primeiros sobre os últimos.

Segundo Munanga (2004), um pesquisador do Brasil que é africano, este ponto de inflexão é justamente o período de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista na Europa, o qual foi conformando um mercado mundial. Foi nesta era, a era mercantilista, aproximadamente entre os séculos XIV e XVIII, que se deu, dentre outros fatos distintivos do modo de produção capitalista emergente, um grande desenvolvimento das forças produtivas, da técnica e do poderio militar de alguns povos europeus e a conformação dos primeiros Estados-nação com Portugal e Espanha a partir do século XIV. Com o lançamento dos países ibéricos de forma pioneira no empreendimento comercial nas chamadas Grandes Navegações; com a tomada de Ceuta pelos portugueses em 1415 e com a subsequente descida à costa do continente africano, começava a colonização eurocentrada pelo mundo. Iniciava-se assim a era moderna (Boxer, 2002; Prado Jr., 2011; Quijano, 2005).

Munanga (2004) e Quijano (2005) explanam como a modernidade eurocentrada, patriarcal e branca necessitou de uma legitimação ideológica a fim de que a exploração econômica e a dominação social, cultural e militar dos europeus sobre os povos africanos, asiáticos e americanos se desse de forma contundente. Destarte, Munanga mostra como a ideia de raça foi secularmente trabalhada no plano ideológico para explicar uma suposta superioridade branca sobre as populações não-brancas.

A noção de alteridade origina a diferenciação que os europeus davam para “os outros” grupos sociais não “ocidentais”. Esta categoria está relacionada à identificação que os europeus atribuíam aos

grupos sociais não-europeus com os quais se defrontavam na África, na Ásia e depois na América no decorrer do empreendimento mercantilista de colonização. O racismo, através da alteridade, foi colocado como elemento de legitimação da autoproclamada superioridade do homem europeu sobre os demais povos. O racismo moderno nasceu, portanto, do movimento histórico de transição entre modos de produção, da “acumulação primitiva de capital”, da colonização moderna e da conformação do mercado mundial e com o uso da ideia de raça fundamentalmente assentada na diferença da cor de pele.

Segundo Munanga (2015), no começo da era moderna, a Igreja católica teve centralidade na explicação da diferença entre raças através da difusão do mito bíblico de Noé e seus filhos, o qual acabou por subsidiar a colonização branca europeia. Teria sido a partir do século XVIII, o século do Iluminismo e da revolução industrial inglesa, que a Igreja foi contestada no seu lugar de núcleo propositivo e explicativo do racismo e substituída pelas explicações naturais e supostamente científicas. A partir de então se buscaram características além da cor da pele e dos mitos católicos para justificar a superioridade europeia.

No século XIX, foram propagadas explicações racialistas que apontavam os traços fenotípicos de alguns grupos como características determinantes da diferença entre raças e que justificariam sua hierarquização. O tamanho e a largura do nariz, dos lábios, o tipo de cabelo, o formato do queixo, o ângulo facial e outros traços da morfologia das populações não-brancas, em contraposição aos traços brancos, passaram a ser critérios de uma pseudociência racista.

Já no século XX, esta falsa ciência avançou para buscar na genética humana, na bioquímica e na biologia molecular explicações para justificar a existência da superioridade da raça branca sobre as populações não-brancas. Curiosamente, o avanço da ciência possibilitou o cruzamento de vários marcadores raciais como a comparação da cor da pele, da forma de partes do corpo e da estrutura genética de diversas populações através da análise de combinações possíveis entre populações distintas para chegar a resultados inconclusivos sobre a existência de diferenças significativas entre a espécie humana. Destarte, por exemplo, uma pessoa negra da África poderia ter uma estrutura genética mais parecida com a de uma pessoa branca europeia do que com a de um negro de país vizinho da própria África.

Importante apontar que, no século XX, o combate ao racismo foi comandado pelo movimento de resistência dos próprios grupos sociais que vinham sofrendo as opressões sociais e construíram movimentos sociais descolonizadores, como os de África e E.U.A. na década de 1960. Ocorre que, além desta resistência, o próprio desenvolvimento da ciência do século XX negou a existência da raça construída ao longo dos séculos, principalmente a ideia construída a partir da era moderna.

Apesar da negação científica da existência de raça, o estrago já estava feito: a ideia de raça não precisou ser abandonada pelos racistas, os quais viram as explicações biológicas serem refutadas pela ciência. Eles puderam se agarrar às premissas ideológicas da existência de superioridade da população branca para justificar, via a transformação do racismo, a opressão social e exploração econômica sobre grupos não-brancos. Não somente em cor da pele e traços morfológicos, mas também em cultura, em origem, em orientação religiosa, em manifestação linguística, em expressão sexual etc.

O racismo foi se transformando no último quartel do século XX. Cada vez mais no sentido dos inúmeros casos de xenofobia, de opressão de gênero e de intolerância religiosa vistos contemporaneamente. Segundo Munanga, estas formas de opressão podem ser vistas como racismo. Este teria virado um conceito muito mais etno-semântico e político-ideológico do que biológico. Portanto, não se pode negar ou subestimar a existência da raça via cor da pele e traços morfológicos, pois ela é uma construção histórica do ser humano e tem sido usada até hoje como fundamento do racismo, o qual explora, oprime, mata e subjuga populações imensas do mundo.

Muito embora a perspectiva da antropologia crítica de Munanga e da teoria decolonial supracitada seja interessante, não nos parecem responder satisfatoriamente algumas inquietações por não terem como central a luta de classes como elemento-chave para entender o surgimento do capitalismo e a possibilidade de sua superação. Pretende-se apresentar este artigo daqui em diante majoritariamente através de autores que bebam da crítica da economia política marxista de forma contundente.

A crítica da economia política i) reúne o método materialista-histórico e dialético de interpretar a realidade; ii) afirma a luta de classes como motor da história e chave da dominação social, a qual por sua vez pressupõe a lei do valor como chave para entender a exploração econômica e a acumulação de capital e, por fim, iii) tem um horizonte político revolucionário que visa transformar o mundo. É importante reivindicar o marxismo para não perder de vista a relação imbricada entre raça, gênero e classe.

A opção metodológica assumida neste artigo segue a crítica da economia política e as ideias sintetizadas em Curty e Malta (2022) para a análise da História do Pensamento Econômico (HPE), a qual vê a história como elemento interpretativo e mediador dos fatos históricos e da construção das teorias econômicas. Ademais, segundo tal método, pensar a processualidade do pensamento, a contextualização de sua construção, a trajetória de seus propositores e os interlocutores dos debates é fundamental. As ideias econômicas, são uma síntese histórica e cheias de conteúdo ideológico correspondentes às questões de determinados grupos, tempos e regiões. Por isso, para cumprir o objetivo proposto, serão usados e destacados, na sua maioria, autores racializados que participaram das lutas pelo processo de descolonização de seus povos.

Apresentados o caráter interdisciplinar da discussão e o método de pesquisa proposto para a discussão do artigo, iremos centrar atenção nos eixos de controvérsias que elegemos como centrais para entender capitalismo e escravidão: i) o processo histórico de acumulação permanente de capital, sua conexão com o processo de colonização e a conformação do comércio triangular e ii) a especificidade da relação capitalismo e escravidão na formação socioeconômica brasileira.

Acumulação permanente de capital, colonização e lutas pela descolonização

O processo violento de acumulação de capital

No primeiro volume de *O Capital*, Marx (2013) apresenta nos capítulos “A lei geral de acumulação capitalista”, “A assim chamada acumulação primitiva” e “A teoria moderna da colonização” elementos para

pensar o processo histórico de surgimento e reprodução continuada das bases da acumulação capitalista e os processos adjacentes e necessários de dominação social, a escravidão moderna dentre eles.

Através da crítica da economia política clássica, Marx mostra como, segundo a lei geral de acumulação capitalista, a geração de riqueza no modo de produção do capital necessita correspondente geração de força de trabalho disponível às necessidades do capital e resulta por gerar pobreza e miséria correspondentes àquela acumulação.

Tal processo histórico é permanente e marcado pela violência concentrada e organizada do Estado, pela conquista, pelo roubo, pela rapina e pela subjugação. Com a análise sobre o caso inglês com o cercamento dos campos ficava evidente a expropriação do camponês e de outros trabalhadores. Esta expropriação violenta a serviço do incipiente capitalismo ficou transparente com o desdobramento da atividade mercantil dos europeus em África, Ásia e América ao longo dos séculos XV em diante. A violência apareceu como parteira de uma sociedade nova e uma verdadeira potência econômica (Marx, 2013).

Ao analisar o fim do feudalismo e o surgimento do capitalismo industrial entre os séculos XIV e XVIII, Marx ilustra o fim da propriedade comunal e a expropriação dos trabalhadores diretos de um lado, aqueles que tinham acesso à terra na era feudal, e, a partir da transição de modos de produção, ficaram impedidos de ter fontes de subsistência além de sua força de trabalho e impedidos de realizar o seu trabalho tal como antes. Tal processo histórico converteu os meios de vida daqueles trabalhadores em capital. É dizer, ao passo que o produtor direto na Europa dispôs de sua pessoa depois do fim da gleba, da vassalagem e da servidão, se transformou em trabalhador livre para ser explorado pelo capitalista. De outro lado, ficaram os detentores dos meios de produção e do dinheiro.

Segundo Fontes (2010), Marx estava criticando, através da exposição do caso inglês, a “assim chamada acumulação primitiva” explicada pela economia política clássica de forma idílica, que supostamente teria sido feita por meio de poupança e abstinência de pessoas parcimoniosas para a acumulação de capital. Marx apresenta sua crítica através da denúncia de quão violento foi o processo histórico que expropriou os trabalhadores da terra e os jogou no mercado de trabalho, saqueou terras da Igreja e do Estado; subjogou, matou e explorou tantos povos pelo processo de colonização de África, Ásia e América e pelo processo de escravização de suas populações; criou os Estados-nação e o sistema da dívida pública e o sistema tributário, bases do que viria a ser o capitalismo industrial.

Este método de expropriação incorporou o campo à agricultura capitalista e a terra ao modo de produção do capital e criou nas cidades uma oferta necessária de força de trabalho para a acumulação capitalista regulada por violentas legislações e com salários regulados perto do nível de subsistência, já que esta força de trabalho não podia ser incorporada às indústrias na mesma velocidade em que se reproduzia.

Na Europa, a transição para o modo de produção capitalista representou para os trabalhadores diretos sua transformação em classe trabalhadora industrial usurpada de acesso aos meios de produção e às antigas formas de reprodução da vida, sendo explorada de forma brutal como documentado em *O Capital*. Fora da Europa a transição de modos de produção representou a criação de um mercado mundial com a colonização moderna, na qual, pela primeira vez na história, quatro grandes continentes estavam conectados

por meio do empreendimento comercial europeu e com mais povos sendo subjugados por meio da escravidão moderna.

Marx (2013) aponta também como a criação de um sistema colonial teve a função de colocar a expansão do mais-valor como finalidade última e única da humanidade e originou um mercado mundial. Ademais, expôs de forma eloquente o processo histórico de acumulação de capital e mostrou como este reproduzia as bases de acumulação de capital de forma permanente:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio da Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc.

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal (MARX, 2013, p.821).

Fontes (2010), ao refutar algumas proposições de comentadores da crítica que Marx fez à “acumulação primitiva de capital”, reafirma a ideia de que o nó górdio da questão desta acumulação que é permanente é que as condições de expansão do capitalismo são as mesmas da expansão da expropriação e da conversão das condições de meios de vida em capital.⁴ Portanto, a expansão da base social na qual se assenta a relação capital-trabalho necessita de permanente expropriação.

Pradella (2022) mostram como Marx, em escritos anteriores e fora dos debates clássicos sobre imperialismo dentro do marxismo, fez, ao longo de sua obra, um esforço de concatenar esta discussão sobre a acumulação permanente e violenta de capital com uma discussão sobre a conformação de um sistema mundial polarizador e em permanente expansão. Segundo o argumento dos autores, a tendência da expansão do capital, por meio dos Estados dominantes, é permeada de contradições. O processo de expansão e aumento de capital, simultaneamente, acarreta o aumento da concorrência intercapitalista através dos processos de concentração e centralização de capitais, a concorrência interestatal, a exploração dos trabalhadores em todo mundo e a cooperação entre eles. A atividade militante de Marx e sua profunda curiosidade de entender o mundo colonial o fizeram pesquisar a questão de independência irlandesa; a guerra civil nos E.U.A., a qual girava em torno do fim da abolição precipuamente e a colonização na Índia e na China, por exemplo. Tais debates seriam centrais para as proposições de um comunismo internacionalista, anti-imperialista e antirracista.

Marx não podia e não resolveu toda a discussão em *O Capital*, mas é um autor absolutamente indispensável para pensarmos e entendermos o mundo contemporâneo. Entretanto, sua análise da teoria moderna da colonização foi insuficiente em analisar com mais profundidade os desdobramentos e especificidades deste processo violento. Por isso resgatar outras obras do próprio Marx e de autores mais

recentes que seguiram o legado do autor alemão e trataram de forma radical a relação entre capitalismo e escravidão é importante.

Interpretações descolonizadoras

A obra de Walter Rodney, um autor marxista guianense, docente na Universidade de Dar es Salaam na Tanzânia, pan-africanista e profundo estudioso da história da África é um importante marco da historiografia africana sobre o processo de conformação do capitalismo através da conformação do mercado mundial. Em *Como a Europa subdesenvolveu a África*, de 1972, Rodney (2022), através de uma crítica à noção de desenvolvimento econômico capitalista, refutou no fim do século XX as teses de propensão natural à estagnação na África e as ideias de que apenas uma intervenção externa poderia estimular o progresso no continente.

A obra tem um sentido de urgência no mundo de sua época se se tem em mente os movimentos de descolonização em África na década de 1960 e a emergência dos movimentos por direitos civis na América. Logo, tem o objetivo de radicalizar o movimento antirracista no mundo e acaba carregando este senso de urgência para o mundo atual. Davis (2022), afirma que Rodney estava atento aos movimentos revolucionários globais e às lutas de libertação africana da época e se pôs a estudá-los e difundi-los. A autora, importante referência contemporânea do debate de segurança pública, do feminismo negro e do marxismo, afirma que Rodney se apresentou como um ativista atento às discussões de classe, gênero e raça criticando a visão colonial sobre a divisão racial e sexual do trabalho.

Em especial, destaca-se a forte hipótese trazida pelo autor de que a África teria sido tão importante para o desenvolvimento econômico e social da Europa quanto a Europa teria sido importante para o subdesenvolvimento da África através da transferência de riqueza do período mercantil e pela subjugação de seus povos nos séculos seguintes.

Ao descer a costa oeste do continente africano e construir feitorias que serviam de ponto de troca de um comércio desigual entre europeus e os povos africanos, os europeus estabeleceram os centros de captura de pessoas escravizadas. Rodney aponta que nestes primeiros contatos, o conhecimento geográfico dos europeus sobre o interior da África ainda era praticamente nulo e seu poderio militar não consideravelmente maior do que o dos povos africanos, razão que explica o estabelecimento das feitorias no litoral e a não-entrada europeia ao interior da África por anos e anos. Porém, o comércio altamente favorável aos europeus e os lucros do comércio escravagistas foram grandes potencializadores da indústria e das técnicas europeias, que a partir de então dispararam em relação ao nível existente nos povos africanos.

Ao longo dos séculos XV a XIX portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses, prussianos e escandinavos se lançaram na busca pelo ouro, por outras especiarias e por pessoas a serem escravizadas ao longo das regiões batizadas pelos europeus como Costa do Ouro (Guiné – atualmente Gana), Costa dos Escravos (Benim, Togo e Nigéria) e Costa da Pimenta (Libéria) e mais tarde pelo resto do litoral e pelo interior do continente.

Durante o mercantilismo, os europeus precisavam das especiarias africanas para o desenvolvimento de seu comércio e construção de uma balança favorável, precisavam dos metais preciosos para a circulação de mercadorias, para o desenvolvimento de suas incipientes indústrias e mais importante: precisavam de força de trabalho depois da devastação da peste “negra” para o sucesso de sua empresa mercantil em diferentes frentes, em especial no estabelecimento da empresa colonial na América. Então a África apareceu para os europeus naquele momento como um “paraíso dos traficantes de escravizados”. Dialeticamente, ao passo que estimulava a indústria na Europa, o processo de colonização significou para a África o desestímulo de sua atividade econômica ao diminuir a oferta de força de trabalho, ao reduzir a oferta de matérias-primas e de metais preciosos, ao reorientar a demanda em prol da escravização em geral e ao desestimular o consumo.

Rodney destaca como os europeus se aproveitaram das divisões internas da sociedade africana, reproduzindo a estratégia de “dividir para dominar”. Usufruíram da inexistência de Estados-nação em África para escravizar e consolidar a posição de vulnerabilidade dos africanos diante dos europeus. Logo, as ideias de metrópole, colônia e dependência apareceram no cotidiano africano. Importante: nem só da força bruta se usavam os europeus para dominar, mas também impuseram muitos embargos econômicos para responder as tentativas de resistência africana, sendo o caso do reino de Daomé um exemplo simbólico. Esta dominação europeia possibilitou a estes determinar a posição dos povos africanos na divisão internacional do trabalho e no comércio mundial e os possibilitaram culpabilizar os próprios povos africanos, que negociavam com os europeus, pela escravização dos povos interioranos.

Em linhas gerais, a Europa se construiu nessa época como centro de um sistema e o capitalismo europeu colocou, no Atlântico, o comércio negreiro e a escravização africanos em marcha. Segundo Rodney, a escravização começa pela necessidade de força de trabalho por parte dos europeus e vai depois de séculos evoluir na África para um sistema de colonização após a Conferência de Berlim em 1884, através da qual países europeus fatiaram porções da África para si e encetaram a corrida imperialista no continente e a perpetuação da estagnação africana.

Rodney irá convergir com as proposições de Eric Williams, historiador e militante de Trinidad e Tobago na sua obra seminal de 1944, *Capitalismo e Escravidão*. Esta obra é fundamentalmente, segundo o próprio autor, sobre a revolução industrial inglesa e como ela se apropriou da escravidão atlântica. Segundo Marquese (2012), sua importância é justificada por refutar a historiografia oficial da escola imperial britânica (eurocentrada) em Oxford no século XX; por ter servido de base para o nacionalismo caribenho e para o movimento pan-africanista e anti-imperialista de África, Ásia e Caribe e por ter servido de influência para a própria historiografia brasileira que versa sobre o papel da escravidão e sobre modos de produção no Brasil como, por exemplo, nas obras *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, publicada em 1959; *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender, publicada em 1978; e *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808*, de Fernando Novais, publicada em 1979.

Williams (2012) apresenta três teses fortes neste livro: i) a escravidão negra nas Américas foi fenômeno econômico e o racismo foi uma decorrência das relações de classe; ii) o complexo escravista

atlântico foi fundamental para acumulação de capitais que possibilitaram o arranque industrial inglês e iii) as forças econômicas do capitalismo industrial foram decisivas para a destruição da escravidão negra no Império britânico na primeira metade do século XIX.

Assim como Walter Rodney, Eric Williams mostra que a exploração econômica europeia em África teve efeitos de encadeamento no mercantilismo europeu que trabalharam no sentido de desenvolver o capitalismo industrial nascente. E a base desses estímulos estava assentada basicamente no comércio triangular transatlântico entre Europa, África e América.

Denunciando a atuação inglesa fora da Europa, Williams mostra através de muitas fontes, como navios europeus saíam de cidades como Liverpool, Bristol, Glasgow, Londres, Bordeaux, Nantes e Sevilha carregados de artigos de segundo mão a serem trocados em África por pessoas escravizadas e especiarias e depois seguiam para América para darem fôlego às grandes explorações rurais do latifúndio monocultor de açúcar, algodão, anil, tabaco, café, e às atividades mineratórias nas áreas tropicais e para servir como força de trabalho nas zonas temperadas do norte do continente americano.

Ao retornar para a Europa, os navios negreiros carregavam especiarias americanas, metais preciosos e os produtos tropicais extraídos ou cultivados do continente. O negócio do comércio triangular girava em torno do comércio negreiro e possibilitou lucros exorbitantes para empreendedores individuais e para os estados europeus que se lançaram no processo.

Williams (2012) mostra que justamente aquelas cidades litorâneas europeias que eram protagonistas na configuração do comércio triangular, logo do comércio negreiro, se desenvolveram de maneira exponencial em termos de serviços como frete, correios, seguros, segurança, serviços financeiros, transporte etc. Mais importante, no caso inglês dos séculos XVII e XVIII, por exemplo, as cidades interioranas se desenvolveram a reboque como fontes de abastecimento de vestuário, combustível, alimentos e outros suprimentos para as cidades litorâneas diretamente envolvidas no comércio triangular. Então, indiretamente, o comércio entre Europa, África e América contribuiu, através de efeitos multiplicadores, como fator decisivo para alavancar as cidades-epicentro da revolução industrial inglesa como Manchester, Sheffield, Birmingham, Lancaster e Leeds. Inclusive o autor aponta como importantes financiadores das inovações da revolução industrial estavam ligados à atividade negreira.

Se Walter Rodney apontou dialeticamente que este empreendimento comercial europeu em outros continentes estimulou a Europa e retardou o crescimento e desenvolvimento africano, Eric Williams mostrou como os efeitos diretos e indiretos da atividade colonizadora foram importantes para dar origem na América insular relações de dependência econômica e de intensa segregação social interna que marcam indelevelmente a economia destes países até hoje.

Já C.L.R. James, autor de *Os jacobinos negros* (James, 2010) foi outro autor e militante de Trinidad e Tobago com contribuições importantes. Depois de idas e vindas pelo mundo, voltou à Trinidad e Tobago para participar da luta pela libertação anti-colonialista contra o império britânico. Conforme Marquese (2012), C.L.R. James teve intenso contacto com Eric Williams na Inglaterra e foi referência para Walter

Rodney. Ao contrário de Williams, James persistiu no caminho do internacionalismo pan-africanista, o que levou a se afastarem na década de 1960.

Em *Os jacobinos negros*, James (2010) escreve sobre a única revolução de escravizados bem-sucedida da história e enfatiza o protagonismo e agência das pessoas escravizadas no processo revolucionário no Haiti entre fins do século XVIII e começos do século XIX. Os sujeitos políticos deste processo revolucionário teriam sido escravizados, mulatos e algumas pessoas brancas. Escrevendo em um período de descrédito do liberalismo, de ascensão do nazifascismo e de predominância de teorias eugênicas, James teve a oportunidade de denunciar o estado de opressão em que viviam africanos e descendentes em todo mundo e de instigar e subsidiar o debate descolonizador que florescia na África.

A tese do livro é a de que a revolução no Haiti foi viabilizada pelo fato de os escravizados já estarem organizados e disciplinados por conta de sua atuação no sistema fabril implementado no século XVIII nas monoculturas da ilha. Assim, segundo James, os trabalhadores escravizados no Haiti estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores da ilha. A revolução haitiana teria sido um movimento de massas organizado, possibilitado pela consciência de classe dos negros haitianos.

Apesar do caráter controverso desta afirmação de certa forma anacrônica, o fato é que o livro de James foi uma ácida denúncia da exploração do trabalho escravizado pelas metrópoles europeias e da forma como as potências europeias sabotaram e isolaram um país que até hoje sofre embargos econômicos e está afundado em sucessivas crises políticas e golpes de Estado. Os haitianos deixaram como lições a denúncia do liberalismo burguês, a importância da luta pan-africanista; o internacionalismo revolucionário e a abertura de espaço para negros que sofriam com a escravidão.

A revolução haitiana formou ao lado da revolução estadunidense e francesa do século XVIII, aquilo que alguns pesquisadores chamam de “as revoluções atlânticas”. Tais revoluções foram importantes, segundo Almeida (2021), por terem dado forma à era contemporânea, por terem consolidado valores como democracia liberal-burguesa, Estado-nação e o capitalismo industrial. Da revolução estadunidense ficaram os princípios do constitucionalismo, presidencialismo e do republicanismo; da revolução francesa o legado teria sido o racionalismo universalista e os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens. Já a revolução haitiana foi um marco do século XVIII para o XIX, pois denunciou os limites e a hipocrisia das outras duas revoluções atlânticas que mantiveram a escravidão tanto nos E.U.A. quanto nas colônias francesas.

Por decorrência do processo de independência incompleto dos E.U.A., Marx e Engels na década de 1860, analisaram a luta pelo fim da escravidão em tal país, seus impactos na divisão racial em outras partes do globo e o racismo enquanto elemento estruturante do capitalismo em *A guerra civil nos E.U.A.* (Marx; Engels, 2022). Estes textos dos autores alemães datam do período entre 1860 e 1869 e são importantes por terem como pano de fundo temas como i) a emergência do imperialismo no século XIX; ii) as contradições internas da democracia liberal-burguesa dos E.U.A., os quais não aboliram a escravidão

em seu território no século XVIII e iii) a possibilidade de extravasar a guerra civil numa guerra revolucionária pelo mundo, mostrando as conexões entre raça e classe.

Marx e Engels nestes escritos não-eurocêntricos se posicionam veementemente contra a escravidão nos E.U.A. e a favor da abolição num período em que esta não era consenso entre os socialistas.⁵ Ademais, Marx e Engels viram o potencial revolucionário nos negros que estavam nos E.U.A. e a possibilidade de a revolução extravasar o território americano e estourar na Europa através da percepção, pela classe trabalhadora europeia, das conexões da exploração do trabalho “livre” e do trabalho escravizado; perceberam a divisão racial dentro da própria Inglaterra entre trabalhadores ingleses e irlandeses; viram a conexão da abolição da escravidão com a exploração do meio-ambiente devido à forma do uso do solo na monocultura latifundiária das lavouras escravagistas sulistas e, por fim, Marx e Engels viram o papel que a imprensa da classe trabalhadora teve em apoiar a abolição nos E.U.A.

Os autores alemães viram o potencial emancipatório da classe trabalhadora e apostavam na solidariedade internacionalista da classe. Importante: é da análise do caso estadunidense que Marx carrega para *O Capital* a ideia de que o trabalhador branco europeu não pode se emancipar enquanto o trabalho negro ainda é marcado a ferro pela escravidão. Daí a importância de uma noção de solidariedade de classe, entre trabalhadores de raças distintas, derivada do fato de todos se encontrarem numa situação de classe em comum, mesmo que em formas diferentes.

Por conta de apurado senso crítico da realidade de seu tempo, Marx e Engels foram um dos pioneiros na crítica da realidade racial estadunidense e suas conexões com a questão da classe trabalhadora mundial. Como consequência do conflito, os negros conseguiram a abolição, mas foram responsabilizados pela reconstrução do país findada a guerra.⁶ Ademais foram colocados numa estratégia de segregação social interna que se prolongou com a criminalização de sua existência e que foi se intensificando numa espécie de *apartheid* ao longo do tempo com a lei Jim Crow. Daí surgiram os movimentos dos anos 1960s pelos direitos civis. Todavia, ainda assim o negro estadunidense experencia segregação intensa por meio da guerra das drogas e do *apartheid* silencioso existente nos E.U.A., que ficou bem evidente com o caso de George Floyd em 2020.

Passemos agora à análise da historiografia marxista brasileira sobre a relação entre capitalismo e escravidão.

Capitalismo e Escravidão na historiografia econômica brasileira

O debate consagrado na historiografia marxista

Em texto seminal sobre a historiografia sobre a formação econômica do Brasil e o debate sobre o modo de produção escravista colonial, Filho (1988) traz uma proposta de agenda de debates clássicos entre os anos 1920s e 1970s, não necessariamente marxistas, sobre modos de produção na disciplina de FEB trazendo algumas interpretações de Brasil, argumentos e críticas em tornos do papel da escravidão na formação do capitalismo brasileiro.⁷ As interpretações de Brasil surgem de forma profícua com a criação da

Universidade no Brasil, em 1920, no Rio de Janeiro e em São Paulo com a USP, em 1934, tendo caráter de longa duração e no formato de ensaios. Já Grespan (2020), ao revisitar historiografia marxista renovada pelo estudo da escravidão mergulha a fundo no debate que nos interessa propriamente relatando também cronologicamente as principais interpretações de Brasil que visam pensar a escravidão para entender o capitalismo brasileiro.⁸

Conforme Grespan (2020), o marco histórico para as primeiras interpretações marxistas sobre o assunto é a revolução russa de 1917, a qual por sua vez encetou a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. O debate principal do PCB até os anos 1960s se daria em torno dos modos de produção e possibilidades de revolução. A polêmica visão oficial do Partido, orientada pela III Internacional Comunista e defendida por Nelson Werneck Sodré em *Formação Histórica do Brasil*, de 1962, seria a de que era necessário transitar do modo de produção escravista para o capitalista para que só então fosse possível, através da intensificação da democracia liberal-burguesa, haver condições objetivas e subjetivas para uma revolução socialista. Ainda dentro do PCB, Prado Jr. (2011) ofereceu uma crítica ferrenha à esta interpretação etapista da revolução socialista.

Mais importante: segundo Grespan, Cario Prado Jr. foi pioneiro em afirmar que, desde o começo da colonização, o Brasil, em que pese ter a escravidão como traço mais marcante, estava inserido em relações capitalistas de produção por sua participação no comércio Atlântico orientado para a acumulação incipiente e permanente de capital na Europa. Prado Jr. (2011) afirmou a importância da escravidão como o marco da sociedade brasileira no século XIX, um século de síntese de outros três séculos anteriores de escravização e um século de grandes transformações na economia e na sociedade brasileira. Tais relações impostas, segundo Prado Jr, teriam a função de subordinação de todos os escravizados e acabavam sendo uma estratégia de dominação para reproduzir a exploração econômica.

De fato, esta visão de Prado Jr. ganharia uma crítica profunda, em 1984, de González (2020) ao apontar a leitura do historiador paulista como reprodutora da neurose cultural brasileira por não denunciar radicalmente a opressão corporal e psicológica sobre a mulher escravizada do período colonial através do estupro e racismo. Segundo González, Prado Jr. trata o estupro como mero desejo sexual do senhor e nega o caráter racista da opressão sobre o corpo da mulher negra, ao afirmar que o fim último do senhor era a manutenção do sistema de exploração econômica. Esta violência funcionava como subjugação do corpo da mulher e exaltação do comando do homem branco diante de todo o resto dos escravizados.

Após o debate sobre modos de produção e revolução no interior do PCB e a instauração do golpe civil-militar em 1964, tanto Prado Jr. como Sodré fazem críticas aos erros do PCB que teriam facilitado o golpe. A partir de então o debate sobre escravidão e sua conexão com o capitalismo na historiografia brasileira perderia o tom essencialmente político e floresceria dentro das universidades com uma orientação mais propriamente monográfica com o emprego de métodos empíricos que recortaram o assunto da escravidão em objetos mais específicos, ao invés de oferecer uma versão totalizante da função da escravidão como era típico nos ensaios entre os anos 1920s e 1960s.

Em torno da figura de Florestan Fernandes, que por sua vez seguira Roger Bastide, surge a partir da década de 1950 e, mais profusamente nos anos 1960s, uma série de pesquisas acadêmicas sobre a funcionalidade da escravidão para o capitalismo brasileiro. Após estudos sobre a funcionalidade da guerra e sobre a organização social da tribo dos Tupinambás, Fernandes (2021) segue com um objeto bem delimitado acerca da população afro-brasileira na cidade de São Paulo nas primeiras décadas após a abolição de 1888. Com um arsenal teórico não exclusivamente marxista, mas que mesclava também a sociologia crítica de Weber e de Durkheim para entender a “situação de classe” e a “solidariedade de classe possível”, Fernandes faz uma seminal pesquisa sobre as dificuldades de integração do negro na sociedade de classes paulistana. A situação do negro nesta cidade, a mais avançada no desenvolvimento de forças produtivas tipicamente capitalistas na época, seria, segundo o sociólogo, um parâmetro para a profusão do capitalismo e para o surgimento do povo no Brasil, pois este seria o segmento com pior ponto de partida histórico.

Ao tratar o mito da democracia racial em obra publicada em 1964, Fernandes (2021) colocou suas três funções: i) eximir o branco de reponsabilidade diante da situação do negro; ii) criar uma consciência racial (social) falsa e iii) generalizar a hipocrisia de que o negro era responsável pela sua situação de segregação. Segundo Fernandes, com esta deturpação social, o negro no Brasil foi colocado, deliberadamente, num estado de anomia social ao longo do processo abolicionista e, principalmente durante as primeiras décadas pós-Abolição ficou com graves dificuldades em encontrar trabalho e, quando conseguia emprego, tinha dificuldade de ter remuneração semelhante ao trabalhador branco. Tal processo deveria ser explicado, segundo Florestan, pelo fato de as intensas transformações econômicas pelas quais o país passava serem mais rápidas do que as transformações socioculturais e psicossociais.

Em outras palavras, havia na classe dominante brasileira uma intensa resistência às mudanças sociais em direção a uma vida mais democrática no Brasil. Na década de 1970, Florestan refinaria o argumento com a incorporação da ideia de desenvolvimento desigual e combinado para afirmar que esta intensa segregação social interna estava conectada com uma elevada dependência externa do capitalismo brasileiro, inserido perifericamente no capitalismo monopolista da era do imperialismo total.⁹

As teses de Florestan sobre o negro no Brasil foram seminais e polêmicas por afirmar uma suposta anomia do negro e por não dar centralidade para sua agência enquanto sujeito de resistência. Todavia, a militância orgânica do sociólogo o fez, por exemplo, ter contato nos anos 1950s com representantes de movimentos sociais negros como os da Frente Negra Brasileira, extinta durante o Estado-novo, e durante os anos em que era deputado constituinte pôde expressar esta organicidade com o movimento negro escrevendo sobre *O significado do protesto negro* (Florestan, 1988) no Brasil e sobre a capacidade de resistência do negro brasileiro.¹⁰

Grespan (2020) segue para afirmar que, ainda nos 1970s, Fernando Novais foi importante intérprete sobre a relação entre escravidão e capitalismo no Brasil ao desenvolver a tese de Caio Prado Jr. acerca da importância das relações de determinações externas para a conformação do capitalismo no Brasil e ao difundir no Brasil as ideias do comércio triangular de Eric Williams. Segundo Novais, em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808* de 1979, o sentido da colonização apontado por Prado Jr.

(2011) era o sentido dos negócios mercantilistas europeus que viabilizaram, e aqui está a contribuição de Novais, via o comércio transatlântico, o comércio negreiro, que florescera no século XVI. A acumulação permanente de capital encetara o comércio negreiro e este teria determinado a existência da escravidão no país e não o contrário. Portanto, a partir do momento em que o comércio negreiro entrasse em decadência na primeira metade do século XIX, a escravidão teria seus dias contados no Brasil.

De acordo com Grespan (2020), de forma a contestar a centralidade dada aos determinantes da existência da escravidão no Brasil, Emília Viotti Costa em *Da Senzala à colônia*, de 1964, e Paula Beiguelman em *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*, de 1968, afirmam que mais importante que entender o fim da escravidão e surgimento do capitalismo no Brasil foram as decisivas pressões políticas internas no parlamento brasileiro. A ideia é que havia uma incompatibilidade entre capitalismo industrial na Inglaterra e escravidão na América (argumento de Costa), e, mais especificamente, incompatibilidade de comércio negreiro no Atlântico e escravidão na América (argumento de Beiguelman). Então os grupos econômicos que tinham sua riqueza baseada na exploração de força de trabalho escravizada sofreram com o fim do comércio negreiro atlântico, efetivamente fiscalizado a partir da lei Eusébio de Queirós de 1850. Sofreram também com o aumento do preço da “mercadoria” pessoa escravizada e pressionavam no parlamento brasileiro por uma transição lenta em direção à abolição e ao assalariamento generalizado.

Segundo Filho (1988), nos anos 1970s se produziram algumas das mais consistentes tentativas de elaboração teórica sobre a singularidade da escravidão no Brasil em oposição a uma linha de linearidade dos modos de produção, como proposto pela III Internacional Comunista. Ciro Flamarion Cardoso, em 1971, analisa em *El modo de producción esclavista colonial* (Cardoso, 2001) a especificidade do escravismo colonial ao tratar da *plantation* como forma típica da economia escravista colonial olhando seus determinantes internos e externos; a relação entre o setor escravista e o camponês; seus determinantes macro e microeconômicos e suas formas de reprodução com o tráfico negreiro e as formas extraeconômicas. Já Jacob Gorender publica *O escravismo colonial* (Gorender, 2016) tentando traçar as leis gerais e específicas de um modo produção novo que seria o escravismo colonial. Tal modo de produção seria caracterizado por gêneros destinados ao mercado mundial; por utilizar mão de obra numerosa que trabalha sob comando unificado; estreita conexão entre as etapas agrícola e de beneficiamento; uma divisão qualitativa e quantitativa de trabalho; a plantagem com pequenas explorações típicas nas produções de fumo, da cana-de-açúcar e arroz.

Já entre os anos 1980s e 1990s, segundo Grespan (2020), há uma expansão da agenda de pesquisa de pós-graduação em história que foi importante para a profissionalização da pesquisa no país com rigor documental e que teria sido influenciada pela micro história italiana; pela escola dos *Annales* francesa; pela Nova Esquerda britânica e pela escola de Frankfurt. A partir dela teria surgido a escola da história social do trabalho, pela qual a história da vida cotidiana das pessoas comuns, sua agência e sua capacidade de se identificarem enquanto classe social em oposição a outra classe é que seriam os elementos centrais para se entender os movimentos da história.

Dentro da historiografia brasileira sobre a relação entre capitalismo e escravidão que segue esta linha, afirma-se que nem a incompatibilidade do comércio negreiro com a escravidão na América e nem as

pressões políticas internas foram decisivas para o fim da escravidão no Brasil. Fundamentais teriam sido os movimentos de resistência dos próprios oprimidos enquanto sujeitos políticos de transformação. Daí a importância do estudo da revolta do Malês de 1835 presente na obra de João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante malês em 1835*, publicada em 1986, e do estudo, mais recente, *Escravidões e livres: experiências comuns da classe trabalhadora carioca* de Marcelo Badaró Mattos, publicado em 2008.¹¹

Ainda nos anos 1990s há uma tendência na obra João Fragoso e Manolo Florentino em *O arcaísmo como projeto*, de 1993, (Fragoso; Florentino, 2001) que refuta a importância dada em Prado Jr. (2011) sobre os determinantes externos para entender “o sentido da colonização”. Segundo os autores é importante entender como a acumulação de capital no Brasil colonial teve causas internas e como parte do capital gerado pelo trabalho escravizado permaneceu em território brasileiro.

Por fim, como uma tendência que mesclaria as interpretações dos grandes acontecimentos históricos do capitalismo industrial e as interpretações da história social do trabalho com suas análises da micro história, surgiu, segundo Grespan, em especial na historiografia do Rio de Janeiro, uma corrente que representa a fusão da escola das grandes interpretações e da história social do trabalho. Em especial é citada a obra de Luiz Felipe Alencastro, *O trato dos viventes* (Alencastro, 2000), que viabiliza o estudo da relação capitalismo e escravidão concatenando a análise da luta de classes, a formação e dinâmica do mercado mundial e as formas de resistência escravizadas.

O rico panorama de renovação da historiografia marxista a partir do estudo da escravidão apresentado por Grespan (2020) é importante para entendermos como tem se desenvolvido parte do debate na universidade brasileira, porém é, no mínimo, curioso que autor cite reduzido número de autores negros e sua devida importância no Brasil no movimento de renovação da historiografia brasileira. Como afirmado na introdução deste artigo, a sociedade brasileira é culturalmente neurótica por negar a existência do racismo e suas consequências e acaba por silenciar e não dar voz ao negro e aos povos originários inclusive na produção de ciência. Apesar deste deslize na importante e necessária obra de Jorge Grespan sobre o entendimento do escravismo para o surgimento do capitalismo brasileiro, queremos apontar que, em geral, a universidade, espaço historicamente elitista, reproduz estrutural e institucionalmente este problema social do racismo epistêmico.

O papel da historiografia negra nas interpretações sobre o Brasil

Podemos destacar que, pelo menos, desde a década de 1950s há um autor que dedicou toda sua obra a entender as formas sociais vigentes no Brasil, os sujeitos sociais e a presença negra em termos políticos e que, para isso, necessitou entender o Brasil a fundo: Clóvis Moura. Este militante negro e nordestino atuou no ramo da sociologia, da história, da crítica literária e do jornalismo. Teve uma relação controversa com o PCB, do qual se aproximou na Bahia, e se afasta, quando há o racha do partido, ficando simpático ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Moura denunciou o limite de diagnóstico do PCB de não perceber a relação imbricada entre luta de classes e luta de raças.¹²

Defendemos, seguindo as proposições de Farias (2019) e Oliveira (2021), a ideia de que Clóvis Moura deve ser reivindicado dentro do panteão de intérpretes do Brasil, pois buscou desde sua primeira e principal obra, *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas* (Moura, 2021a), analisar como a luta de classes no Brasil é atravessada pela luta de raças. Ademais tentou entender o Brasil de seu tempo a partir de uma leitura crítica da história e com a proposição de um projeto político para o país. Em especial, destacamos Moura como importante na renovação da historiografia marxista brasileira por ter antecipado e, até mesmo aprofundado, vários dos desdobramentos que Jorge Grespan trata em seu artigo.

Desde a década de 1950, Moura partiu da obra de Caio Prado Jr. para entender o Brasil a partir do sentido da colonização mercantilista europeia que conforma a célula fundamental da economia brasileira colonial assentada no latifúndio monocultor escravista. Considerando a posição subordinada na divisão internacional do trabalho e no processo de acumulação de capital que comandam o comércio triangular. Moura tratou também de ler a história da luta de classes no Brasil vendo a agência do sujeito político escravizado (negro, mestiço e indígena) da época colonial e imperial através da categoria de quilombagem.

Segundo Moura (2021c), o escravizado teve atuação ativa, ao resistir à colonização inclusive de forma violenta, no processo que levou à Independência política em 1822, até, pelo menos, 1850 quando se dá a lei Eusébio de Queirós. A violência do escravizado seria uma categoria econômica, já que seria a negação de sua posição enquanto força de trabalho e enquanto meio de produção. De 1850 até 1888 a elite branca teve hegemonia no movimento abolicionista e controlou pelo alto a transição ao trabalho assalariado em meio ao controverso processo de modernização da economia e da sociedade guiado pela ideologia do branqueamento com a imigração europeia, subsidiada por capitais privados e pelo Estado (Farias, 2019). A abolição teria sido levada a cabo não só pela desmoralização moral diante da opinião pública e da atividade de resistência negra, mas principalmente pela crise do sistema econômico escravista e pela expansão capitalista em território brasileiro. Depois da abolição, Moura destaca como o negro ainda tem capacidade de agência e resistência diante da intensa marginalização e das dificuldades de se integrar ao mercado de trabalho formal. Basicamente a reorganização negra se dá através do uso da cultura como arma contra a exclusão. Ao afirmar a agência negra via sua resistência e associação em escolas de samba, agremiações culturais, imprensa negra e terreiros, Clóvis Moura supera a armadilha em que se colocou Florestan Fernandes ao afirmar a existência da anomia social do negro nas primeiras décadas pós-abolição. Para Moura (2021c), o negro esteve em estado de semi-anomia e, somente, se se pensa a deliberada atuação das elites brancas em controlar as populações libertas via ação institucionalizada do Estado republicano.

Moura se afirmou negando muitas das teses da intelectualidade da formação brasileira: negou a proposta culturalista aberta por Freyre (1933) de enxergar a relevância do negro no Brasil, basicamente pela influência cultural, econômica e familiar e tendente a gerar uma harmonização racial e social. Segundo Moura, uma marca do negro no Brasil foi ser ativo política e economicamente no processo de contestação da sociedade escravista, ao contrário do que dá a entender a tese de anomia social de Florestan Fernandes. Apesar de reivindicar muito das proposições de Florestan Fernandes, Moura refuta os estudos empíricos

que se seguiram na contribuição seus discípulos, pois muitas vezes acabavam descompromissados com a transformação social.

Além de negar muitas das teses da escola de sociologia da USP, Moura criticou um setor importante dentro do movimento negro, o Teatro Experimental do Negro (TEN), um movimento de crítica à sociedade brasileira através da exaltação da estética negra. Apesar de reconhecer a importância do TEN em apresentar a negritude de forma consciente, Moura criticou as contradições internas de setores do pan-africanismo, influentes dentro do TEN, que acabavam por favorecer os setores mais abastados da população, em detrimento da população negra.

Muito embora tenha publicado sua obra mais importante em 1959, afirmando que a luta de raças calibra as lutas de classes no Brasil, as contribuições mais originais de Moura vêm só a partir de fins dos anos 1970s com *O negro: de bom escravo a mau cidadão* (Moura, 2021b), de 1977; *Sociologia do negro brasileiro* (Moura, 2019), de 1988 e *Dialética radical do Brasil negro* (Moura, 2021c), de 1994. Nestas obras, Moura desenvolveu seu arsenal categorial através das ideias de quilombagem, de grupos específicos e diferenciados, de resistência cultural como resistência social, por exemplo. Nesta época, o autor leu os autores caribenhos supracitados (Rodney, Williams e James) e foi por eles influenciado. Como o próprio Clóvis Moura propagava, sua obra visava dar insumo culturais para uma revolta negra consequente com os desígnios do conjunto da população brasileira, que em sua maioria é afro-brasileira.

Conforme afirma um dos organizadores do projeto de publicação da integralidade da obra de Clóvis Moura no Brasil, Márcio Farias, o lema do projeto é: “Só com Clóvis Moura não dá, mas sem ele é impossível” (Farias, 2023). Atualmente, pesquisadores e militantes de diversas áreas têm recorrido à obra do historiador piauiense para incrementar e extrapolar suas contribuições.

A contribuição de Lélia González, um dos grandes nomes do feminismo marxista, com quem abrimos este artigo, realiza a leitura da história brasileira não somente pelo prisma da luta de classes e sua conexão com a luta de raças, mas também pela luta de gênero. A autora dá palco ao papel da mulher negra na formação socioeconômica brasileira refutando a neurose cultural brasileira e foi outra importante intelectual orgânica do movimento negro brasileiro atuando na academia. Foi, inclusive, uma das principais expoentes do movimento negro organizado no Brasil dentro do Movimento Negro Unificado.

Por fim, Domingues (2007) traça o panorama do movimento negro organizado no Brasil para mostrar a importância da agência negra construindo sua consciência de classe, organizada em torno da noção de raça. O autor remonta as décadas da difícil integração do negro na sociedade de classes, objeto de pesquisa de Florestan Fernandes e Clóvis Moura e conta a história do movimento negro republicano no Brasil através de uma caracterização em quatro fases ao longo do século XX: i) a representada pela Frente Negra Brasileira (FNB) entre os anos 1920s e 1930s; ii) a fase entre 1945 e 1964 com a União dos Homens de Cor e o TEN; iii) a fase simbolizada com Movimento Negro Unificado (MNU) entre 1978 e 2000; e iv) a fase com o movimento do *rap e hip hop*.

Destas fases, destacam-se os movimentos da primeira fase e da terceira fase: a FNB e o MNU. A FNB foi um movimento contraditório da cidade de São Paulo, que tentava organizar os negros e deu voz

aos dilemas de vida da população negra paulistana no seu jornal, *A voz da raça*, mas que também comportou figuras polêmicas como Arlindo do Veiga dos Santos, monarquista, antisemita, patrimonista e adepto de um nacionalismo exacerbado, enquanto um de seus líderes durante o primeiro governo Vargas. A FNB seria cassada pelo Estado-novo e o movimento negro seria transformado pelo movimento entre as décadas de 1940s e 1960s pelos grandes vendavais econômicos, sociais e políticos pelos quais o Brasil passou; já na década de 1960s e 1970s o movimento negro organizado iria se transformar pela influência da ebulição dos movimentos de luta por direitos sociais nos E.U.A., pela luta por descolonização em África e pela luta pela redemocratização no Brasil. Surgiria em 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, hoje em dia Movimento Negro Unificado, o qual apesar das contradições da introdução e permanência do neoliberalismo no Brasil, segue sendo o maior movimento negro do Brasil até hoje.

Considerações finais

Após décadas de luta e reivindicações do movimento negro organizado, a lei 10.639 de 2003 passou a colocar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura da afro-brasileira nas grades curriculares dos ensinos fundamental e médio no país. Nesta mesma época começou a discussão mais profunda sobre a adoção de ações afirmativas na universidade pública a fim de dar um passo decisivo na reparação aos descendentes de populações espoliadas e oprimidas durante séculos e que seguem segregados, tal lei passa a ser implementada em 2012 e, por sua vez, enseja a discussão sobre o ensino da história da cultura afro-brasileira nos cursos de algumas universidades públicas brasileiras. Tal movimento, combinado com a mudança de perfil social dos estudantes na universidade pública, alimenta discussões de raça, gênero, sexualidade, territorialidade e política na ordem do dia e que sinalizam uma sociedade ansiosa por democracia.

Estes avanços são basicamente explicados pela luta de movimentos sociais que insistem em denunciar a espoliação permanente dos trabalhadores e o elevado grau de resistência às mudanças sociais das elites brasileiras que não estão abertas para uma sociedade substantivamente democrática. Em parte, estes avanços foram explicados pelos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que, apesar das contradições, possibilitou pelo menos, por exemplo, uma mudança de patamar dos salários e do nível de emprego entre 2003 e 2013, expandiu o número de vagas nas universidades públicas e o próprio número de universidades. Todavia, o PT não logrou atacar as raízes do problema da existência do racismo estrutural na sociedade brasileira, muito por conta de não conseguir atacar de frente o neoliberalismo. As armadilhas do identitarismo ou de redução da luta-antirracista à luta por direitos civis estão mais contemporâneas que nunca e alimentam uma direita ultraconservadora (Oliveira, 2021).

Para aprofundamento posterior da discussão, outros intelectuais orgânicos merecem atenção como José Mariátegui; Aimé Césaire; Franz Fanon; Amílcar Cabral; Kwame Nkrumah; Achille Mbembe; Beatriz Nascimento; Abdias do Nascimento; Milton Santos e Guerreiro Ramos. Além destes nomes consagrados, prolifera atualmente uma onda de pesquisadores que vêm atualizando o debate de forma crítica e interdisciplinar como Ana Paula Procópio; Flávia Rios; Márcia Lima; Márcio Farias; Fábio Nogueira;

Murilo Van der Laan; Cristiane Sabino; Agnus Lauriano; Mônica Lima; Dennis Oliveira; Sueli Carneiro; Conceição Evaristo; Aílton Krenak; Silvio Almeida ao lado de inúmeros outros que vêm reinterpretando o papel dos não-brancos na sociedade brasileira.

Ficarei satisfeito se os pesquisadores, estudantes e professores que leiam este trabalho prosseguirem a discussão e reivindicarem nos centros dos quais fazem parte maior discussão da relação da instituição escravidão moderna para a conformação do capitalismo brasileiro. Assim teremos mais elementos para propor um projeto político de transformação social. Por fim, propõe-se que o ensino da relação entre capitalismo e escravidão nas ciências econômicas seja feito de forma integrada com História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil através de uma disciplina denominada Capitalismo e Escravidão, parafraseando a obra de Eric Williams. Estas disciplinas, HEG e FEB, comportam a discussão, porém ainda são parametrizadas por discussões que não correspondem aos interesses das populações oprimidas. Por fim, não tive a pretensão de esgotar o assunto com um artigo panorâmico e tampouco com esta proposta da disciplina, mas estes cumprem a tarefa de manter continuamente aberta a porta destes necessários debates.

Referências:

- ALMEIDA, S. **Três revoluções que mudaram a história mundial**. [São Paulo]: YOUTUBE, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wGUUIpo0LmM>. Acesso em 17 mar. 2024.
- BOXER, C. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARDOSO, C. **La Guyane française (1715-1817): aspects économiques et sociaux**. Contribution à l'études des sociétés esclavagistes d'Amerique. Paris: Ibis Rouge, 2000.
- CURTY, C.; MALTA, M. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In*: MALTA, M. *et al* (org.). **Controvérsias da História do Pensamento Econômico Brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- DAVIS, A. Apresentação. *In*: RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n.23., p. 100-122, 2007.
- FARIAS, M. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico**. São Paulo: Dandara, 2019.
- FARIAS, M. **Interpretações do Brasil no olho do furacão: uma crítica via Clóvis Moura**. [São Paulo]: YOUTUBE, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=canal+lema+ie+ufrj+marcio+farias. Acesso em 17 mar. 2024.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FERNANDES, F. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão popular, 1988.
- FILHO, A. A historiografia sobre a formação econômica do Brasil e a problemática do modo de produção escravista colonial: notas de aula. *In*: UFRJ. **Texto Didático nº 35 IE-UFRJ**. Rio de Janeiro, 1988.
- FONTES, V. **Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro 1790-1890**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1980.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão popular, 2016.
- GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRESPLAN, J. The renewal of Marxist historiography through the Study of enslavement: the case of Brazil. In Zachariah, B.; Raphael, L.; Bernet, B. **What's left of Marxism: historiography and the possibilities of thinking with marxian themes and concepts**. Boston: De Gruyter, 2020.
- JAMES, C. **Os jacobinos negros: Toussaint L'ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARQUESE, R. Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas. In WILLIAMS, E. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A guerra civil dos Estados Unidos**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021a.
- MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021b.
- MOURA, C. **Dialética radical do brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021c.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB – Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**, Niterói, n. 5, p. 15-34, 2004.
- OLIVEIRA, D. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Dandara, 2021.
- PRADELLA, L. Imperialismo e desenvolvimento capitalista em O Capital de Marx. Tradução: CORRÊA, H. **Revista da Sociedade de Economia política**, Niterói, n. 62 (Jan 2022 – abril 2022), p.156-199, 2022.
- PRADO JR. C. **Formação do brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RODNEY, W. **Como a europa subdesenvolveu a África?** São Paulo: Boitempo, 2022.
- WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Notas

¹ Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Laboratório de estudos marxistas José Ricardo Tauile (Lema) da UFRJ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4370070472722902>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8400-2801>. E-mail: jaimel@ie.ufrj.br.

2 No 38º Congresso anual da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia realizado em 2023 no Instituto de Economia da UFRJ foi oferecido um curso sobre interpretações do Brasil onde se discutiu a omissão dentro dos cursos de ciências econômicas do Brasil diante de um posicionamento crítico sobre a funcionalidade da escravidão na economia e sociedade brasileira e na construção do pensamento social e no debate público brasileiro. A

temática fica mais preocupante mediante o resultado de uma pesquisa prévia à elaboração deste artigo, sobre a regularidade da oferta do curso de Formação Econômica do Brasil (FEB) em alguns programas de pós-graduação em Ciências Econômicas no Brasil, onde, por meio de conversa com as secretarias de pós-graduação e com alguns professores da área de História Econômica pude constatar que, até 2022, dentre os centros pesquisados (UFRJ, Unicamp, UFRGS, UFMG, USP e Unifal) somente na Unicamp, na USP e na Unifal há algum registro acessível de que o curso FEB foi ofertado pelo menos uma vez.

3 Em especial, da teoria decolonial destacamos, além do aporte do autor peruano, a obra de Walter Dignolo, as contribuições das autoras do feminismo decolonial, quem vão além na discussão realizando a crítica ao patriarcado europeu branco de um ponto de vista feminista que recupera a voz das indígenas latino-americanas para pensar a relação do racismo com escravidão e surgimento do capitalismo na região. Estas autoras falam de um ponto de vista de pessoas que são consideradas “não-mulheres” pela sua posição marginalizada dentro da periferia. Destacamos Maria Lugones e Rita Laura Segato enquanto americanas de referência. Dentro da economia feminista decolonial também destacamos a francesa Françoise Vergès.

4 Nominalmente, as propostas de Rosa Luxemburgo e David Harvey.

5 Para mais sobre a posição de Marx e Engels sobre o colonialismo e o mercado mundial ver o livro *Marx nas margens: marxismo, etnias e sociedades não-ocidentais* de Kevin Anderson e o livro *Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx* de 2018 de Flávio Miranda.

6 Como documentado no livro de W. E. B. Du Bois *The black reconstruction* de 1935.

7 Segundo Filho (1988), entre os autores pioneiros não-marxistas que de certa forma tratam do assunto podem ser elencados as obras de Oliveira Vianna: *Evolução do povo brasileiro* de 1923; a de Gilberto Freyre: *Casa Grande & Senzala* de 1933; a de Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil: 1500-1820* de 1937; a de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* de 1959.

8 O autor fala da renovação da historiografia marxista a partir do estudo da escravidão que datam dos estudos clássicos de Rubin Blackburn com *The making of New World Slavery: From the Baroque to the Modern: 1492-1800* de 1997, e Dale Tomich com *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital and World Economy* de 2004. Segundo os autores, houve no século XIX uma reorganização da escravidão atlântica a partir do fim da escravidão na Grã-Bretanha que teria formado uma segunda escravidão na América relacionada à reorganização do comércio negreiro atlântico e associada ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Esta segunda escravidão teria feito com que a escravidão ganhasse sobrevida no Brasil, em Cuba e nos E.U.A. em um período em que a escravidão vinha sendo abandonada em vários cantos do globo, dentre outros motivos, por pressão inglesa.

9 Em torno de Florestan, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Virgínia Bicudo fazem importantes estudos sobre a escravidão que trazem à tona a imbricação entre classes sociais e raça no processo de modernização e industrialização. Destaca-se Heleieth Saffiotti com os estudos sobre o lugar da mulher na sociedade de classes brasileira.

10 Filho (1988) mostra que Ciro Flamarion Cardoso e Hector Brignoli com *História Econômica da América Latina*, de 1971, e Jacob Gorender com o *O escravismo colonial*, de 1978, são autores que lançaram estudos inovadores sobre a especificidade de um modo de produção escravista no Brasil.

11 Grespan aponta como Silvia Hunold Lara e Sidney Chalhoub já teriam feito, na virada das décadas de 1980s para 1990s, estudos que negavam as determinações econômicas e buscavam nos elementos culturais e antropológicos da luta de classes dos grupos oprimidos e senhores as determinações para o fim da escravidão no Brasil.

12 Segundo Farias (2023), a editora Brasiliense, optou por não publicar obra de Clóvis Moura por falta de recursos e por um erro de diagnóstico das tarefas da esquerda brasileira, em especial muito comum no interior do PCB. Segundo a editora, a relação entre classe e raça não era o cerne do debate da esquerda no Brasil, o que, vendo hoje, fica evidente que foi um erro histórico. Colocar a questão racial no Brasil como secundário teve implicações políticas importantes para o debate revolucionário. Atualmente, a editora Dandara tem realizado o importante trabalho de publicizar a obra de Clóvis Moura em sua integralidade até 2025 e de dar voz a este importante intelectual orgânico da população oprimida no Brasil.

Recebido em: 19 de jun. 2024

Aprovado em: 7 de nov. 2024